

Educação Musical e Formação Integral: o Curso Técnico em Instrumento Musical do Colégio Pedro II como alternativa contra-hegemônica para a classe trabalhadora

TAIS ALVES FERREIRA*

Resumo: A formação integral dos indivíduos é fundamental para a sociedade, pois apenas com pessoas capacitadas a interpretar o mundo será possível viver em harmonia e manter a esperança em um futuro viável para a humanidade. O Colégio Pedro II, com sua longa tradição de excelência educacional, oferece uma formação que une rigor acadêmico e prática musical, proporcionando aos alunos uma educação holística. Desde sua equiparação aos Institutos Federais de Educação em 2012, o Colégio Pedro II passou a oferecer o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, incluindo o Curso Técnico em Instrumento Musical. Esse curso desempenha um papel importante na interseção entre a educação profissional e tecnológica e a formação cultural da classe trabalhadora. Através da pesquisa documental e bibliográfica, este artigo retrata a inclusão do ensino de música na educação técnica, representando uma alternativa contra hegemônica às formas tradicionais de educação profissional, que frequentemente privilegiam áreas mais tecnicistas e menos culturais.

Palavras-Chave: Formação Integral; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Musical; Classe Trabalhadora.

Musical Education and Comprehensive Training: the Technical Course in Musical Instruments at Colégio Pedro II as a counter-hegemonic alternative for the working class

Abstract: The comprehensive education of individuals is essential for society, because only with people who are capable of interpreting the world will it be possible to live in harmony and maintain hope for a viable future for humanity. Colégio Pedro II, with its long tradition of educational excellence, offers an education that combines academic rigor and musical practice, providing students with a holistic education. Since its equivalence with the Federal Institutes of Education in 2012, Colégio Pedro II has offered High School Integrated with Vocational Education, including the Technical Course in Musical Instruments. This course plays an important role in the intersection between vocational and technological education and the cultural formation of the working class. Through documentary and bibliographical research, this article portrays the inclusion of music education in technical education as a counter-hegemonic alternative to traditional forms of vocational education, which often prioritize more technical and less cultural areas.

Key words: Comprehensive Training; Vocational and Technological Education; Music Education; Working Class.



* **TAIS ALVES FERREIRA** é Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/CPII) e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

1. Introdução

A música tem desempenhado um papel significativo na cultura da humanidade ao longo dos milênios. Evidências arqueológicas sugerem que os primeiros seres humanos já utilizavam música. Em sociedades consideradas primitivas, a música estava intrinsecamente ligada à religião, ao trabalho e às celebrações sociais. Seu ensino era confiado a músicos especializados, encarregados de transmitir seus conhecimentos aos aprendizes. Civilizações antigas, como as egípcias, babilônicas, hebraicas e gregas, integravam a música em rituais e eventos sociais, além de investirem na educação musical de maneira estruturada (Pereira, 2012).

Originária do grego "*Mousikê*", a música englobava poesia e dança, sendo considerada uma expressão integral do espírito e um meio de alcançar a perfeição. Os gregos viam o músico como guardião de uma ciência e técnica, cujo conhecimento exigia estudo e prática, tornando-se uma disciplina escolar que proporcionava valores éticos e sabedoria (Soares, 2012; Loureiro, 2003).

No Brasil, a educação musical formal iniciou-se com os Jesuítas em 1549, que utilizavam a música como recurso educacional. Os indígenas foram introduzidos à música europeia, resultando em um processo de "deculturação". Após a abolição da escravatura, a influência negra na música brasileira tornou-se expressiva, destacando-se pelo ritmo (Mariz, 2005). Com a expulsão dos Jesuítas em 1759, a música manteve-se presente nas escolas, ainda com forte conotação religiosa e influência europeia (Loureiro, 2003).

O Colégio Pedro II, criado em 1837, foi pioneiro ao incluir a música no currículo, antecipando-se à Reforma do Ensino Primário e Secundário de 1854, que tornou o ensino de música obrigatório. O colégio, originalmente fundado como Colégio dos Órfãos de São Pedro em 1739, tinha como propósito educar órfãos, incluindo o ensino de música e instrumentos musicais (Costa, 2005; Doria, 1937). Em 1766, o colégio foi convertido no Seminário dos Órfãos de São Joaquim e, posteriormente, no Imperial Colégio de Pedro II em 1837, mantendo a música como parte integrante de sua formação (Rodrigues, 2023).

A música adquiriu relevância na educação da classe dominante, culminando na criação do Conservatório Musical do Rio de Janeiro em 1841, hoje Escola de Música da UFRJ. Fundado por Francisco Manuel da Silva, compositor do Hino Nacional, o conservatório serviu como modelo para outras instituições no país, preservando o patrimônio musical brasileiro (Bauab, 1960).

Na atual fase neoliberal do capitalismo, a educação enfrenta desafios, com políticas que priorizam o mercado em detrimento de inclusão e democracia. Este artigo investiga quando e como o ensino de música passou a integrar a Educação Profissional e Técnica, analisando o Curso Técnico em Instrumento Musical do Colégio Pedro II. O curso representa uma perspectiva contra hegemônica, democratizando o acesso à educação artística e promovendo a formação integral dos estudantes, além de desafiar modelos educacionais voltados exclusivamente para o mercado (Freire, 1987).

A hipótese da pesquisa é que a oferta do curso técnico em Instrumento Musical, no eixo de Produção Cultural e Design, no Colégio Pedro II – Campus Realengo

II, na zona oeste do Rio de Janeiro, revela uma relação contraditória: para as elites, o conhecimento musical funciona como forma de legitimação social, enquanto, para os filhos da classe trabalhadora, representa uma possibilidade de formação integral. Assim, a pesquisa busca compreender quando e como a formação musical é incorporada ao mundo do trabalho desses jovens.

Na atual fase neoliberal do capitalismo, com a precarização do trabalho no mundo inteiro e com as políticas de educação acompanhando o cenário econômico, como já acontece historicamente, principalmente nos países de capitalismo dependente, como o Brasil, essa pesquisa se justifica pela importância de estudar constantemente a relação entre o tipo de educação oferecido à classe trabalhadora e suas intenções, trazendo assim mecanismos de resistência dentro da própria institucionalização das práticas neoliberais, ou seja, dentro das instituições de ensino, que obedecem a ideologia da classe dominante, com novas ofertas e práticas educacionais para a classe trabalhadora.

A questão que norteia esse estudo é: De que forma o Curso Técnico em Instrumento Musical do Colégio Pedro II contribui para a formação integral e para a valorização cultural da classe trabalhadora no contexto da educação profissional e tecnológica?

A análise do curso técnico em música no Colégio Pedro II revela uma abordagem inovadora na educação profissional, rompendo com paradigmas tradicionais e promovendo a democratização do conhecimento cultural. A trajetória do curso técnico de música no Colégio Pedro II consolida-se como uma opção formativa significativa, destacando a importância da arte na formação de

jovens trabalhadores no Brasil. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo responder como a educação profissional pode ir além da preparação técnica, valorizando o desenvolvimento humano e a expressão artística.

2. Metodologia

O procedimento escolhido para atingir o objetivo proposto envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental. Essa etapa incluiu uma revisão das principais obras de autores que abordam os pressupostos da educação técnica e profissional, bem como da educação musical no contexto da educação profissional. Não foram consideradas as bibliografias que tratam de técnicas musicais ou da empregabilidade do profissional da música e das demandas do mercado de trabalho, mas, sim, as discussões sobre o papel do curso técnico de Instrumento Musical no mundo do trabalho.

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e exploratória, fundamentada nos princípios da pesquisa documental. Conforme Gil (2008), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não passaram por um tratamento analítico ou que podem ser reinterpretados à luz dos objetivos investigativos. Essa abordagem permite acessar registros históricos, legislações, relatórios institucionais, entre outros documentos, proporcionando uma análise aprofundada e contextualizada dos dados. De acordo com Cellard (2008), a pesquisa documental exige um exame crítico das fontes, considerando sua origem, intencionalidade e contexto de produção, de modo a garantir a validade das interpretações. Foi essa pesquisa documental que orientou o trabalho, possibilitando a identificação e a ressignificação de fontes à luz da problemática estudada, construindo uma

base sólida para as análises subsequentes.

No caso específico, os dados coletados no Sistema de Assentamento Acadêmico (SIAAC) do Colégio Pedro II (CPII) consistem em documentos brutos, como

tabelas de matrículas e relatórios institucionais, que exigem análise detalhada para se tornarem compreensíveis no contexto do Curso Técnico em Instrumento Musical, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Documentos Analisados na Pesquisa

TIPO DE DOCUMENTO	IDENTIFICAÇÃO/ANO	CONTEÚDO PRINCIPAL	FINALIDADE NA PESQUISA	FONTE/ LOCAL DE OBTENÇÃO
Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI)	Última versão vigente até 2021	Diretrizes pedagógicas e institucionais do Colégio Pedro II	Contextualizar a proposta formativa do curso no âmbito da missão institucional	Colégio Pedro II – disponível na Reitoria
Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	Versão inicial (2012) e atualizações até 2021	Objetivos, organização curricular, perfil do egresso e metodologia específica do Curso Técnico em Instrumento Musical	Identificar concepção pedagógica e evolução curricular	Campus Realengo II – Secretaria Acadêmica
Editais de ingresso	Editais nº : 08/2011, 05/2012, 14/2013, 18/2014, 40/2015, 35/2016, 56/2017, 37/2018, 34/2019, 25/2021	Normas e procedimentos do processo seletivo para a 1ª série do Ensino Médio Integrado – Técnico em Instrumento Musical	Mapear regras de acesso, modalidades ofertadas (violão, piano, flauta) e número de vagas	Site oficial do Colégio Pedro II
Legislação federal	Lei nº 12.711/2012; Decreto nº 7.824/2012; Portaria MEC nº 18/2012	Normas sobre reserva de vagas e ações afirmativas	Compreender o enquadramento legal do processo seletivo	Portal da Legislação – Governo Federal
Relatórios institucionais	2012 a 2021	Dados quantitativos sobre inscrições e relações candidato/vaga	Comparar procura e disponibilidade de vagas	Secretaria Acadêmica do Campus Realengo II
Relatórios do SIAAC	2012 a 2021	Informações brutas sobre idade, sexo, cor/raça, renda familiar e bairro de residência	Traçar perfil socioeconômico e geográfico dos ingressantes	Sistema de Assentamento Acadêmico (SIAAC) – CPII

Listas de inscrições válidas	A partir do Edital nº 35/2016	Relação nominal de candidatos aptos após análise documental	Determinar número efetivo de concorrentes por modalidade	Site oficial do Colégio Pedro II
-------------------------------------	-------------------------------	---	--	----------------------------------

3. O conhecimento musical como ferramenta de formação omnilateral: desafiando a apropriação histórica pela elite no contexto da educação técnica federal

A Proclamação da República, no final do século XIX, resultou de transformações culturais, sociais, políticas e econômicas que também influenciaram o ensino das artes, até então marcado pela predominância europeia. O Rio de Janeiro, então capital do país, tornou-se centro de difusão de modelos e práticas de ensino musical, que se dividiam em duas vertentes: o ensino formal, no ambiente escolar, e o ensino informal, fora dele (Loureiro, 2003).

No governo Getúlio Vargas (1930-1945), a educação musical escolar avançou com o Decreto nº 19.890/1931 (Reforma Francisco Campos), que tornou obrigatória a disciplina de música no ensino secundário e introduziu o Canto Orfeônico, de caráter nacionalista e cívico. O Artigo 75 da lei revelou a falta de professores qualificados, motivando a contratação de docentes para o Colégio Pedro II. Nesse contexto, a Proposta Villa-Lobos reforçou o Canto Orfeônico, diferenciado do canto coral por sua ênfase no cívismo. A Reforma Capanema (Decreto-Lei nº 4.244/1942) consolidou-o como disciplina obrigatória, vinculada à Educação Moral e Cívica. Com a Lei nº 4.024/61, o Canto Orfeônico foi substituído pela Educação Musical, formalmente implantada em 1962 e regulamentada pelo Parecer 383 e pelo Decreto nº 61.400/1967.

A trajetória do ensino de música no Brasil relaciona-se à história da educação profissional, desde o Colégio das Fábricas de D. João VI (1809) e as Escolas de Artes e Ofícios criadas por Nilo Peçanha (1909), até a criação, em 2008, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892), que transformou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e converteu os CEFETs em Institutos Federais (IFs). Vinculada ao Ministério da Educação, a "nova" Rede foi composta pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais;
- V - Colégio Pedro II (Brasil, 2008e, p. 1).

A educação musical institucional, historicamente, esteve ligada ao ensino das artes voltado aos filhos da elite, enquanto a educação profissional, desde suas origens, assumiu ora caráter assistencialista, ora função de atender à demanda por mão de obra, intensificada com o avanço industrial. Essa relação evidencia a dualidade entre ensino propedêutico e técnico-profissional que marcou a educação brasileira.

Somente em 2012, com a Lei nº 12.677, o Colégio Pedro II (CPII) integrou-se à Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFPCT), ampliando sua atuação para incluir cursos de graduação e pós-graduação. A RFPCT reúne 38 Institutos Federais, 2 CEFETs, a UTFPR, 22 escolas técnicas vinculadas a universidades federais e o CPII. Nesse contexto, foi criado o Curso Técnico em Instrumento Musical no Campus Realengo II. Diferente de outros institutos, o CPII já possuía tradição no ensino musical, mas passou a ofertá-lo dentro da proposta da Rede Federal, que adota um projeto unitário de Ensino Médio integrado à formação técnica.

Segundo o artigo 6º da Resolução nº 6/2012, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve articular ensino médio e preparação profissional, integrar teoria e prática, respeitar valores éticos e políticos, reconhecer a diversidade e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental, entre outros princípios (Brasil, 2012d).

Bezerra (2017) ressalta que a formação profissional não deve restringir-se à aquisição de conteúdos e habilidades técnicas para atuação no mercado musical, mas promover a formação integral do indivíduo, unindo competência técnica a dimensões humanas, éticas, sociais e políticas.

3.1. A Educação Profissional e Tecnológica e o Curso Técnico em Instrumento Musical

A Rede de Educação Profissional no Brasil foi criada sob a premissa de que a educação acadêmica era dispensável à maioria dos trabalhadores, consolidando a “dualidade estrutural” da educação: formação limitada para a mão de obra e educação propedêutica para a elite (Brasil, 2008e). Para Kuenzer (2016), essa dualidade reflete as relações entre

capital e trabalho, originando redes educacionais distintas.

Desde a criação das Escolas de Artífices em 1909, voltadas à formação de trabalhadores urbanos, prevaleceu o atendimento a interesses da elite, com controle social e inserção profissional dirigida (Pereira, 2012). Após a abolição, as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) atenderam à demanda crescente por mão de obra qualificada, impulsionada pela industrialização e por capitais europeus (Theodoro, 2008). O Regulamento Pedro Toledo (1911) e o Decreto nº 13.064/1918 ajustaram critérios de ingresso e estrutura (Brasil, 2012). Na década de 1920, reformas curriculares alinharam as EAAs ao modelo taylorista, com divisão técnica do trabalho (Batista, 2008).

A Revolução de 1930 subordinou as EAAs ao Ministério da Educação e Saúde Pública. A Reforma Francisco Campos (1931) tornou o ensino secundário seriado e preparatório para o ensino superior, mantendo cursos técnicos segmentados (Pereira e Passos, 2012), reforçando a divisão entre “pensar” e “produzir” (Zotti, 2006).

Atualmente, Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) são criticados por seguirem rigidamente diretrizes nacionais, limitando a autonomia institucional e a adequação às demandas locais (Ciavatta, 2014; Leite, 2014). No ensino de instrumento musical, destacam-se a necessidade de acesso democrático, diversidade de repertórios, contextualização histórica e integração interdisciplinar (Pimentel e Souza Junior, 2012; Ramos, 2010).

A educação musical técnica enfrenta desafios como falta de recursos, precarização e necessidade de maior formação docente (Pereira, 2012). Para Kuenzer (2016), a relação entre

formação técnica, desigualdade social e mercado musical evidencia que o ensino pode tanto reproduzir desigualdades quanto promover emancipação. Assim, a formação técnica em música deve equilibrar habilidades e pensamento crítico, transformando cursos técnicos em espaços de formação integral e de acesso equitativo ao conhecimento e às oportunidades (Savianni, 2011).

3.2. Cultura e Educação como Estruturas de Dominação

Gramsci (1978) vê o ser humano como histórico e cultural, construído e construtor da cultura, inserido em disputas pelos entendimentos vigentes. No Curso Técnico em Instrumento Musical, isso exige refletir sobre como tais disputas se dão na cultura e na educação. Chauí (2000) aponta três concepções de cultura: cultivo e educação do espírito; expressão de civilização e conhecimento; e práticas e significados socialmente disputados. Bourdieu e Williams analisam cultura e educação como estruturas de domínio. Bourdieu, com os conceitos de *habitus*, capital cultural e violência simbólica, mostra como instituições educacionais perpetuam desigualdades (Passiani, 2008; Bourdieu, 1996). A “ideologia do dom” legitima privilégios ao atribuir desigualdades a talentos naturais, favorecendo quem já possui o capital cultural dominante (Bourdieu, 1998).

Williams (1979) propõe a “tradição seletiva”, pela qual a classe dominante legitima certos conhecimentos e expressões artísticas, e o conceito de “estrutura de sentimentos”, que explica o surgimento de novas formas culturais contra a hegemonia (Cevasco, 2001). Para ele, a cultura pode servir ao controle ou à emancipação, dependendo de como é estruturada (Filmer, 2009).

No contexto escolar, Bourdieu (1983) destaca a hierarquização do gosto e do conhecimento, reforçando distinções de classe, mas reconhece que o *habitus* pode também permitir mudanças (Bourdieu, 1998). Williams vê a cultura como espaço de disputa, onde a burguesia universaliza seus valores (Cevasco, 2001). Ambos evidenciam que cultura e educação são moldadas por relações de poder, usadas para manutenção de privilégios (Freire, 2015).

No Colégio Pedro II, o Curso Técnico em Instrumento Musical pode ser analisado à luz desses autores: Bourdieu ajuda a compreender como o capital cultural legitima determinadas práticas musicais e desafia o curso a democratizar o acesso à educação musical na desigual Zona Oeste do Rio. Williams permite discutir a relação entre culturas dominantes e emergentes, evidenciando o potencial do curso para valorizar expressões locais, ampliar repertórios e promover uma educação inclusiva e transformadora.

4. Trajetória do Curso Técnico em Instrumento Musical no Brasil

A trajetória do Curso Técnico em Instrumento Musical no Brasil está ligada às mudanças no Ensino Médio, especialmente na relação entre Formação Geral e Técnica, que resultou no Ensino Médio Integrado (EMI). Segundo Frigotto *et al.* (2017), o Ensino Integrado tem origem na década de 1930, quando o ensino secundário, voltado às elites, preparava para o ensino superior, enquanto o técnico destinava-se às classes populares, reforçando desigualdades.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), no governo Vargas, ampliou a oferta de cursos técnicos, mas manteve a separação entre técnico e secundário. A Reforma de 1971 (Lei nº 5.692/1971)

tentou unificar formação geral e técnica, mas a falta de infraestrutura gerou sobrecarga curricular e desvalorização de ambas, aprofundando desigualdades (Frigotto *et al.*, 2017).

Nos anos 1990, políticas neoliberais priorizaram a formação de mão de obra rápida. A LDB (1996) e o Decreto nº 2.208/1997 consolidaram a separação entre ensino médio e técnico, fragmentando a educação e ignorando o desenvolvimento integral (Frigotto *et al.*, 2017). A partir de 2004, com o Decreto nº 5.154/2004, retomou-se a possibilidade de cursos técnicos integrados ao ensino médio, articulando currículos e reconhecendo a educação como direito humano e instrumento de emancipação. Para Araújo e Frigotto (2015), o EMI busca superar a fragmentação do saber, oferecendo acesso a conhecimentos amplos e críticos, rompendo com interesses da classe dominante.

4.1. Os Institutos Federais e a criação dos cursos de Instrumento Musical

A Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT), representou um marco na educação profissional no Brasil, ampliando o acesso e integrando ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2008). Os IFs tornaram-se espaços de inovação pedagógica e inclusão social, articulando ciência, tecnologia, cultura e formação humana (Frigotto, 2018). O Ensino Médio Integrado (EMI) reforçou a proposta de preparar para o trabalho e para a cidadania, considerando demandas regionais e nacionais.

No EMI, os Cursos Técnicos de Instrumento Musical valorizam a formação técnica e o desenvolvimento humano integral, tratando a música como elemento de humanização e superando a

visão utilitarista da educação técnica (Frigotto *et al.*, 2017). Promovem criatividade, sensibilidade artística e pensamento crítico, além de inclusão e diversidade, ao valorizar tradições musicais regionais. Contudo, ainda enfrentam desafios na articulação entre currículos institucionais e demandas culturais locais.

A integração curricular combina prática instrumental e teoria musical com conteúdos reflexivos, como história da música e cultura, superando a separação entre trabalho manual e intelectual (Frigotto *et al.*, 2017). Exemplos como os cursos do IFPB e do IFC mostram a incorporação de tecnologias e o estímulo ao empreendedorismo cultural, formando profissionais aptos para performance e gestão de projetos (Gomes e Cunha, 2022; Silveira, 2024), embora os resultados variem conforme os recursos regionais.

Para Frigotto (2018), tais cursos contribuem não apenas para a qualificação profissional, mas para uma sociedade mais inclusiva e conectada à diversidade cultural, reforçando o papel da educação pública na integração entre cultura, trabalho e cidadania.

4.2. O Colégio Pedro II e o Ensino Médio Integrado

Inicialmente, segundo Carvalho (2023), o Colégio Pedro II (CPII) esteve voltado para disputas internas em 2008, como as eleições para Diretor-Geral, e não acompanhou de perto a formação da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFPCT). No entanto, com a expansão do Ensino Médio Integrado (EMI), especialmente após o Decreto nº 5.154/2004, o CPII iniciou a implementação de cursos integrados, alinhando-se às políticas educacionais que buscavam integrar formação geral e profissional. Essa

mudança fez parte de um esforço nacional para ampliar o acesso à educação profissional de qualidade, fortalecendo a articulação entre ciência, cultura e trabalho.

Embora historicamente focado na educação básica, o CPII passou a inserir gradativamente o EMI em sua estrutura, refletindo um compromisso com a democratização do ensino e a oferta de currículos que valorizam a formação humanística, técnica e cultural. Essa iniciativa buscou romper com a dicotomia entre ensino propedêutico e técnico, atendendo às demandas por uma formação mais integral e inclusiva (Carvalho, 2023).

Com a criação da RFPCT, o CPII passou a oferecer cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, como o Curso Técnico em Instrumento Musical, ampliando sua missão educacional e diversificando seu público-alvo. Esse curso reflete o compromisso do CPII em combinar educação básica de qualidade com formação técnica específica, promovendo o desenvolvimento artístico e cultural (Carvalho, 2023).

O Curso Técnico em Instrumento Musical foi concebido para atender às necessidades culturais e educacionais do Rio de Janeiro e regiões próximas, enfatizando a formação artística e técnica. Ele integra disciplinas práticas, como execução e teoria musical, com conteúdos que promovem reflexão crítica sobre cultura e sociedade, alinhando-se aos princípios de humanização e valorização da diversidade cultural do EMI (Santos *et al.*, 2018).

Segundo Carvalho (2023), a introdução do EMI no CPII consolidou a instituição como referência na educação pública brasileira, ampliando seu papel na formação geral e profissional de jovens e

integrando demandas do mercado cultural e artístico.

4.3 O Curso Técnico em Instrumento Musical no CPII – Realengo

A Escola de Música do Colégio Pedro II, instituída pela Portaria nº 1002/2012 e localizada no Campus Realengo II, iniciou suas atividades em 12 de abril de 2012. A cerimônia de abertura foi conduzida pela professora Vera Maria Rodrigues, então Diretora-Geral do CPII e posteriormente Reitora pro tempore (CPII, 2013). Uma figura central na criação do Campus Realengo e da Escola de Música foi o Professor Wilson Choeri (*in memoriam*), cuja dedicação à educação deixou um legado duradouro na instituição. Como primeiro Secretário de Ensino, Choeri, em parceria com o Diretor-Geral Tito Urbano da Silveira, liderou a expansão do CPII, que passou de 3.800 alunos em 1978 para 13.000 em 1980 com a criação de novas unidades escolares (CPII, 2013). Choeri foi eleito Diretor-Geral em 1994, reconduzido em 1998 e novamente eleito em 2003, liderando a expansão do CPII para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias (CPII, 2013).

A Escola de Música foi concebida como um espaço para atividades técnico-musicais, integrando ensino, pesquisa e extensão. Vinculada ao Departamento de Educação Musical e subordinada ao Campus Realengo II, a escola oferece o Curso Técnico em Instrumento Musical e atividades de extensão para a comunidade externa. O projeto de criação da escola foi desenvolvido em 2011 por uma comissão de docentes liderada por Tânia Márcia de Moura Fé Saione, com base nas discussões do Colegiado do Departamento de Educação Musical (CPII, 2018).

Em 2012, a Zona Oeste do Rio de Janeiro foi contemplada com um importante espaço cultural: a Escola de Música do Colégio Pedro II, localizada no bairro de Realengo. A unidade está vinculada à Rede Federal de Ensino e integra o campus do Colégio Pedro II, inaugurado em 2004. As instalações do complexo educacional foram concluídas em 2014, destacando-se pela construção de um teatro com capacidade para aproximadamente 500 pessoas. A Escola de Música oferece o Ensino Médio Técnico Integrado em Instrumento Musical, com especializações em flauta, piano e violão, além de cursos de extensão. Internamente, os estudantes também podem participar de projetos

complementares às aulas de Educação Musical do Ensino Fundamental II e do próprio Ensino Médio integrado, cumprindo horas destinadas a atividades extracurriculares (Lima, 2023, p. 2).

A estrutura da escola inclui salas de aula, estúdio de gravação, auditório e espaços para exposições, destacando-se como um centro cultural na região (Lima, 2023). O Curso Técnico em Instrumento Musical combina teoria musical, prática instrumental e disciplinas que exploram a relação entre música, cultura e sociedade, visando a formação de músicos capacitados para o mercado de trabalho e atividades artísticas independentes (Lima, 2023).

Quadro 1 – Características do Curso Técnico em Instrumento Musical

Curso	INSTRUMENTO MUSICAL
Modalidade	Ensino Médio Integrado
Campus	Realengo II
Perfil do Egresso	Atuar como músico profissional em diferentes conjuntos musicais, bem como músico individual em espaços culturais e instituições diversas, além de estúdios de gravação e espaços da mídia.
Objetivos	A formação geral, que desenvolve os diferentes aspectos e potencialidades dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento: A formação técnica na preparação para o trabalho na área musical, com a aprendizagem de conhecimentos específicos e uma prática voltada para a sua formação profissional.

Fonte: Colégio Pedro II, PPPI (2023).

O estágio curricular pode ser realizado em instituições de referência ou no próprio CPII, e os estudantes têm a oportunidade de atuar como monitores em cursos de extensão e operação técnica de som/áudio (PPPI, 2023).

Quadro 2 – Componentes Curriculares do Ensino Médio Integrado – Formação Básica

COMPONENTE CURRICULAR	1 ^a SÉRIE (*)	CH (**)	2 ^a SÉRIE (*)	CH (**)	3 ^a SÉRIE (*)	CH (**)	CH TOTAL
Português e Literaturas de Língua Portuguesa	5	150	5	150	5	150	450
Ed. Musical / Artes	2	60					60
Educação Física	2	60	2	60	2	60	180
História	2	60	3	90	3	90	240
Geografia	2	60	3	90	3	90	240
Filosofia	2	60	2	60	2	60	180
Sociologia	2	60	2	60	2	60	180
Biologia	3	90	3	90	3	90	270
Física	3	90	3	90	3	90	270
Química	3	90	3	90	3	90	270
Matemática	4	120	4	120	4	120	360
Desenho			2	60	2	60	120
TOTAL	30	900	32	960	32	960	2820

(*) Quantitativo de tempos de aula semanais (45 min cada)

(**) Carga horária anual em horas (60 min).

Fonte: Colégio Pedro II, PPPI (2023).

O currículo profissionalizante do Técnico em Instrumento Musical é composto de seis disciplinas na área da música: Harmonia de Teclado; Música, Sociedade e Cultura; Percepção Musical; Prática Coral; Prática de Conjunto; Prática Instrumental: Flauta Transversal, Piano e Violão – escolhido pelo estudante ao ingressar no curso (PPPI, 2023).

Os estudantes matriculados no curso frequentam as aulas das disciplinas profissionalizantes na Escola de Música do Campus Realengo II em turno oposto às aulas das matérias do currículo do Ensino Regular.

Quadro 3 – Componentes Curriculares do Ensino Médio Integrado – Formação Técnica
Curso Técnico em Instrumento Musical

COMPONENTE CURRICULAR	1 ^a SÉRIE (*)	CH (**)	2 ^a SÉRIE (*)	CH (**)	3 ^a SÉRIE (*)	CH (**)	CH TOTAL
Inglês	2	60	2	60	2	60	180
Prática Instrumental (individual)	1	30	1	30	1	30	90
Percepção Musical	2	60	2	60	2	60	180
Harmonia Aplicada	2	60	2	60	2	60	180
Música, Cultura e Sociedade	2	60	2	60	2	60	180
Prática de Conjunto	2	60	2	60	2	60	180
Prática Coral	2	60	2	60	2	60	180
TOTAL	13	390	13	390	13	390	1170

(*) Quantitativo de tempos de aula semanais (45 min cada)

(**) Carga horária anual em horas (60 min).

TOTAL GERAL	43	1290	45	1350	45	1350	3990

Fonte: Colégio Pedro II, PPPI (2023).

Apesar dos desafios, como o sucateamento da rede federal e a baixa integração com o ambiente cultural local, o curso atua como um espaço de resistência e valorização da educação musical, ampliando o acesso à cultura na região (Lima, 2023).

Quadro 4 – Disciplinas Específicas: Curso Técnico em Instrumento Musical

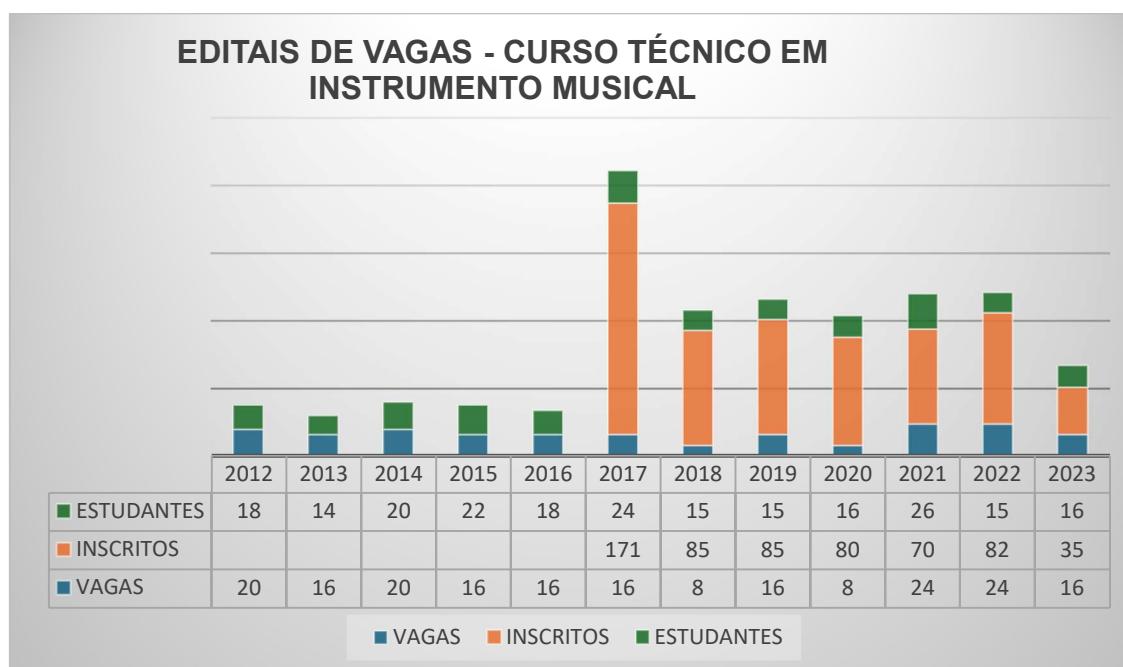
Prática Instrumental Individual
Percepção Musical
Harmonia Aplicada
Música, Cultura e Sociedade
Prática de Conjunto
Prática Coral

Fonte: Colégio Pedro II, PPPI (2023).

Ainda conforme dados do PPI (2017-2020), o processo seletivo para ingresso no Curso Técnico em Instrumento Musical, ao longo da última década, reflete um esforço contínuo para democratizar o acesso à educação musical, ao mesmo tempo em que evidencia desigualdades sociais e regionais presentes no perfil dos ingressantes. Entre 2012 e 2021, período-base deste estudo, bem como nos anos de 2022 e 2023, o número de vagas oferecidas variou de acordo com as condições institucionais e sociais, demonstrando a capacidade do curso de se adaptar a diferentes contextos.

Um exemplo expressivo foi o impacto da pandemia da COVID-19 nos editais de 2021 e 2022, quando o formato do processo seletivo foi alterado: em substituição às provas de Matemática e Português e à avaliação presencial de habilidade específica, optou-se por sorteios públicos e envio de vídeos para análise técnica. Embora essa medida tenha imposto desafios logísticos, diversificou temporariamente o perfil dos ingressantes

Gráfico 1 – Editais anuais de vagas Curso Técnico em Instrumento Musical



Fonte: A Autora, 2024. Adaptado dos dados disponíveis em: <https://dhui.cp2.g12.br/oferta/531>

Ao longo do período, registrou-se aumento significativo na relação candidato/vaga em anos como 2017 e 2020, evidenciando o crescente interesse pela formação musical — especialmente em instrumentos como piano e flauta, tradicionalmente menos procurados que o violão, também ofertado pelo curso. Essa concorrência elevada demonstra

tanto a atratividade da formação quanto a limitação de vagas para atender à demanda crescente, reforçando o papel do curso como um dos poucos espaços públicos de excelência na formação musical no Brasil. Os dados dos editais entre 2012 e 2021, revelam um processo seletivo que equilibra excelência técnica e inclusão.

Figura 1 – Dados dos Editais entre 2012 e 2023

Ano	Edital	GERAIS		IDADE		SEXO		ETNIA				LOCAL DE MORADIA		
		Vagas Oferecidas	Alunos Novos	Média 15 anos (%)	Masculino (%)	Feminino (%)	Branca (%)	Parda (%)	Preta (%)	Não Declarada (%)	Zona Norte (%)	Zona Oeste (%)	Baixada (%)	
2012	08/2011	20	18	50	50	50	33,33	11,11	0	55,56	50	50	0	
2013	05/2012	16	14	50	42,85	57,15	14,28	21,43	0	64,29	35,72	50	14,28	
2014	14/2013	20	20	70	40	60	35	40	5	20	25	50	25	
2015	18/2014	16	22	40,9	59,1	40,9	54,55	27,27	4,54	9,1	31,82	50	13,64	
2016	40/2015	16	18	72,22	50	50	55,56	38,89	0	5,55	33,33	61,11	0	
2017	35/2016	16	24	41,67	70,83	29,17	33,33	54,17	8,33	4,17	45,83	41,67	12,5	
2018	56/2017	8	15	66,66	40	60	40	46,67	13,33	0	13,33	60	26,67	
2019	37/2018	16	15	46,66	66,67	33,33	46,66	40	6,67	6,67	26,66	66,67	6,67	
2020	34/2019	8	16	56,25	68,75	31,25	43,75	43,75	12,5	0	25	50	25	
2021	25/2021	24	26	73,08	38,46	61,54	57,69	23,08	15,38	3,85	15,38	69,24	15,38	

Fonte: A Autora, 2024. Adaptado dos dados disponíveis em: <https://dhui.cp2.g12.br/oferta/531>

O perfil socioeconômico e demográfico dos ingressantes revela aspectos relevantes para compreender avanços e desafios da oferta. A predominância de estudantes de 15 anos, que em diversos anos superou 50% dos matriculados, indica que o curso atende majoritariamente adolescentes em transição entre o ensino fundamental e o médio, alinhando-se à proposta de integração educacional e formação técnica do Colégio Pedro II.

Quanto ao gênero, os dados mostram equilíbrio relativo ao longo dos anos, embora com variações. Em 2020, por exemplo, 68,75% dos ingressantes eram homens, revelando leve predominância masculina em alguns períodos. Ainda assim, a participação consistente de alunas confirma a acessibilidade da formação para ambos os gêneros.

No tocante à diversidade racial, verifica-se evolução gradual na inclusão de alunos pardos e pretos, especialmente nos anos mais recentes. Em 2020, esses grupos representaram, respectivamente, 43,75% e 25% dos matriculados. Entretanto, a predominância de alunos brancos em editais anteriores — como em 2016, quando atingiram 55,56% —, bem como a elevada taxa de não declaração racial até 2019, evidenciam a permanência de barreiras estruturais à democratização plena do acesso.

A renda familiar é outro fator relevante para avaliar a inclusão social promovida pelo curso. A ausência de declaração de renda foi recorrente ao longo da década, dificultando análises precisas sobre desigualdades econômicas entre os ingressantes. Ainda assim, observa-se crescimento na proporção de estudantes que se declararam carentes, como em 2020, quando 12,5% informaram renda

per capita inferior a 1,5 salário mínimo. Esse dado sinaliza avanços institucionais na ampliação do acesso a populações vulneráveis, embora persista a necessidade de estratégias que incentivem a autodeclaração e reforcem o suporte financeiro.

A análise geográfica dos ingressantes aponta predominância de alunos oriundos da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que representaram, em quase todos os anos, 50% ou mais das matrículas. Essa concentração evidencia a relevância regional do curso para áreas periféricas, onde o acesso a atividades culturais e educacionais é limitado. A presença constante de estudantes da Baixada Fluminense, variando entre 10% e 25% dos ingressantes, é outro dado positivo, enquanto a menor participação da Zona Norte e a quase ausência da Zona Sul reforçam desigualdades regionais que precisam ser enfrentadas para ampliar o alcance do curso.

Tabela 2 – Renda Familiar por Pessoa (Família dos alunos novos nos 10 primeiros anos de existência do Curso de Instrumento Musical)

Faixa de Renda	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)
Até 0,5 salário mínimo	0	6,66	15	4,54	5,56	16,67	13,33	6,67	12,5	0
De 0,5 a 1 salário mínimo	5,56	0	5	13,64	11,11	16,67	26,67	26,66	18,75	3,85
De 1 a 1,5 salários mínimos	5,56	20	15	22,73	16,66	20,84	6,67	26,66	0	3,85
De 1,5 a 2,5 salários mínimos	0	20	15	22,73	22,22	4,16	20	6,67	25	7,7
De 2,5 a 3,5 salários mínimos	0	0	10	0	5,56	4,16	0	6,67	18,75	3,85
Acima de 3,5 salários mínimos	11,11	26,67	25	31,82	33,33	29,17	33,33	13,33	12,5	7,7
Não Declarada	77,77	26,67	15	4,54	5,56	8,33	0	13,33	12,5	73,05

Fonte: A Autora, 2024. Adaptado dos dados disponíveis em: <https://dhui.cp2.g12.br/oferta/531>

Em 2012, a maior parte dos ingressantes (77,77%) não declarou a renda familiar, dificultando a compreensão da diversidade socioeconômica naquele momento. Essa ausência de informações não foi isolada, repetindo-se em 2021, quando 73,05% dos alunos também não prestaram a declaração. Tais índices reforçam a necessidade de estratégias mais eficazes para coletar dados socioeconômicos de forma confiável,

A oferta de instrumentos variados — como piano, violão, flauta doce e flauta transversa — manteve-se estável ao longo da década, possibilitando que candidatos com diferentes interesses e habilidades musicais participassem do processo seletivo. Essa diversidade instrumental contribuiu para a pluralidade de perfis e para o fortalecimento do curso como um espaço formativo inclusivo.

A análise da renda familiar per capita dos alunos ingressantes no Curso Técnico em Instrumento Musical, no período de 2012 a 2021, evidencia dinâmicas e desafios relevantes para a inclusão socioeconômica. Apesar de avanços pontuais, o curso ainda parece atender de forma restrita estudantes oriundos de famílias em maior vulnerabilidade econômica, mantendo presença significativa de alunos com renda mais elevada.

incentivando maior adesão e transparência.

A participação de alunos com renda extremamente baixa (até 0,5 salário mínimo per capita) foi consistentemente reduzida, sem ultrapassar 20% em nenhum ano. Em 2012 e 2021, não houve registro de ingressantes nessa faixa, dado preocupante que aponta barreiras estruturais — como custos com

transporte e materiais, ou limitações no próprio processo seletivo — que dificultam o acesso de estudantes em situação de maior vulnerabilidade. Em contraste, a presença de alunos com renda acima de 3,5 salários mínimos per capita manteve-se significativa, chegando a mais de 30% em anos como 2015 e 2018. Esse cenário pode refletir o maior capital cultural e a valorização da educação musical entre famílias de renda mais alta.

Entre 2014 e 2018, houve maior diversidade entre as faixas intermediárias de renda, especialmente entre 1 e 2,5 salários mínimos, associada à redução na ausência de declarações — como em 2018, quando todos os alunos informaram sua renda. Contudo, essa tendência não se manteve, com retrocessos evidentes em 2021, quando retornaram tanto a alta taxa de não declaração quanto a baixa participação de estudantes de renda muito baixa.

O Curso Técnico em Instrumento Musical cumpre papel importante na democratização do acesso à educação artística, mas os dados indicam a persistência de desafios para alcançar esse objetivo de forma plena. A baixa presença de alunos de renda muito baixa, combinada à concentração de estudantes de estratos mais favorecidos, aponta para a necessidade de políticas institucionais e públicas que ampliem a acessibilidade. Medidas como ações afirmativas no processo seletivo, associadas a programas de apoio financeiro para permanência, podem contribuir para essa ampliação. Nesse sentido, destaca-se a recente diversificação das cotas no concurso de ingresso do Colégio Pedro II, que demanda maior divulgação, e a criação do Programa Pé-de-Meia, do Governo Federal, que oferece auxílio mensal de duzentos reais a estudantes de baixa renda do ensino médio. Pesquisas

futuras poderão avaliar a eficácia dessas iniciativas.

Em síntese, observa-se uma evolução pontual na diversidade socioeconômica dos ingressantes, mas também a permanência de desigualdades estruturais que limitam o acesso de estudantes de renda muito baixa. O fortalecimento de estratégias voltadas à equidade socioeconômica será essencial para que o curso cumpra plenamente sua missão como espaço de formação técnico-musical inclusivo e democrático.

Considerações finais

As considerações finais acerca do Curso Técnico em Instrumento Musical integrado ao Ensino Médio do Colégio Pedro II devem abarcar a riqueza de seu impacto no cenário educacional, sua contribuição para a democratização da arte e da cultura e sua inserção no contexto da formação da classe trabalhadora por meio da educação profissional e tecnológica. Ao longo da última década, o curso consolidou-se como um exemplo de como a articulação entre ensino técnico e cultura pode atuar como um vetor de transformação social.

A integração do conhecimento musical nos cursos técnicos de instrumento, quando abordada com uma compreensão omnilateral, considerando os diversos princípios mencionados, pode ser uma ferramenta poderosa para proporcionar uma formação integral, omnilateral e politécnica aos estudantes da rede pública federal. Essa abordagem multifacetada não apenas enriquece a educação musical, mas também contribui para o desenvolvimento pessoal, cultural e social dos indivíduos envolvidos. O Colégio Pedro II, ao abraçar essa perspectiva, reafirma seu compromisso com uma educação que vai além da transmissão de conteúdos

técnicos, promovendo o desenvolvimento pleno dos estudantes.

No contexto da formação da classe trabalhadora, o Curso Técnico em Instrumento Musical do Colégio Pedro II desempenha um papel único. Ele não apenas fornece uma formação profissional, mas também valoriza a dimensão cultural do trabalho, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Gaudêncio Frigotto, ao destacar a importância da educação técnica como parte de uma formação integral e politécnica, reforça a centralidade de iniciativas como essa para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Contudo, é essencial reconhecer que desafios permanecem. Embora tenha havido avanços significativos na democratização do acesso, como a diversificação do perfil dos ingressantes e a redução de barreiras no processo seletivo, ainda existem lacunas na inclusão socioeconômica e regional. O custo indireto da formação, como transporte e aquisição de instrumentos, e a necessidade de políticas afirmativas mais robustas continuam sendo pontos críticos que exigem atenção.

O impacto do curso, no entanto, vai além das estatísticas e das barreiras institucionais, está na ampliação das possibilidades de participação cultural para jovens de regiões periféricas do Rio de Janeiro. Esses resultados evidenciam a relevância do curso como um catalisador de transformação social.

Em conclusão, o Curso Técnico em Instrumento Musical integrado ao Ensino Médio do Colégio Pedro II é mais do que uma iniciativa educacional. Ele é um marco na luta pela democratização da cultura e pela valorização da educação pública como um direito fundamental.

Sua trajetória, marcada por avanços e adaptações, reafirma a importância de integrar ensino técnico, arte e cultura para formar cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, equitativa e culturalmente rica.

Referências

- BATISTA, Erika. **Fordismo, Taylorismo e Toyotismo:** apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. In: Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 3., Londrina, 2008. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf Acesso em: 04 dez. 2023.
- BAUAB, Magida. **História da Educação Musical.** Editora: Organizações Simões. SP. 1960.
- BEZERRA, I. C. **Curso técnico integrado ao ensino médio em instrumento musical do IFPB:** reflexões a partir dos perfis discente e institucional. Tese (Doutorado) - UFPB, João Pessoa, 524 f, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida.** In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu.** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB N° 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ministério da Educação. 2012d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rc eb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 1, de 7 de abril de 1999.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13/4/1999.
- BRASIL. **Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/12/2008, p. 1 (Publicação Original). 2008d. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARVALHO, William do Nascimento. **Um breve histórico da democratização do Colégio Pedro II a partir dos anos 1990.** e-Book/William do Nascimento Carvalho; Adjoyanes Thadeu Silva de Almeida. – 1. ed. 137 p. – Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2023.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPART, Jean. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, p. 295-316. 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CIAVATTA, M. Ensino Integrado, a Politécnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014.

COLÉGIO PEDRO II. Plano Político Pedagógico Institucional: PPPI. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017-2020. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/component/content/article.html?id=2315>. Acesso em: 13 dez. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Professor Wilson Choeri - pequena biografia de um grande homem. 2013. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/component/content/article/115-comunicacaodenstaques/destaques2013/751-professor-wilson-choeri-pequena-biografia-de-um-grande-homem.html>. Acesso em: 27 dez. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Escola de Música. 2018. Disponível em: <https://cp2.g12.br/component/content/article/9-uncategorised/8156-escola-de-m%C3%BAsicarealengo.html>. Acesso em: 27 dez. 2024.

COSTA, M. V. A. Construindo a história da educação musical no Colégio Pedro II. In: **Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música**, 15, 2005. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1020-1027. 2005.

DORIA, Escragnolle. **Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo.** Rio de Janeiro, 1937.

FILMER, Paul. Estruturas de sentimento e formações socioculturais: o significado da literatura e da experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 14, n.27, 371-396. 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, R. Nas sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams, que espaço há para a análise do objeto artístico? **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 73–92, 2015. DOI: 10.20336/rbs.121. Disponível em: <<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/a>rticle/view/200>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, (p. 57- 82). 2015.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 144 p. 2017.

FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 320 p. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 10. 184 p. 2008.

GOMES, John Fidja Ferreira; CUNHA, Cyran Costa Carneiro da. **Curso de Instrumento Musical.** Instituto Federal da Paraíba. 2022. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/160/> Acesso em: 27 dez. 2024.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, A. Z. **Trabalho e escola:** a aprendizagem Flexibilizada. Anais. Reunião Científica Regional da ANPED – XI ANPED SUL. Curitiba/PR, p. 1 – 22. 2016.

LEITE, Jocileide Bidô Carvalho. **Sentidos da política de currículo da Educação Profissional**

Técnica Integrada ao Ensino Médio do IFPB - Campus João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 203f. 2014.

LIMA, Fabiano Muniz. **Dez Anos de Ensino Médio Técnico Integrado em Instrumento Musical no Colégio Pedro II - Campus Realengo II e a Inserção/Integração com os Espaços Culturais da Zona Oeste do Rio de Janeiro.** ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical. Minas Gerais. 2023.

LOUREIRO, A. M. A. **O ensino de música na escola fundamental.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

MARIZ, V. **História da Música no Brasil.** 6.ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

PASSIANI, Enio. **Afinidades seletivas:** uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams. XI Congresso Internacional da ABRALIC. Tessituras, Interações, Convergências. Campinas, São Paulo. 2008.

PEREIRA, V. C. **Ensino de Música:** o que pensam professores sobre sua própria formação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. **As políticas para a educação profissional técnica de nível Médio:** dois projetos em disputa. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5., 2011, São Luís. Anais... São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/impasses_e_desafios_das_politicas_de_educacao/as_politicas_para_educacao_profissional_tecnica_de_nivel_medio_dois_projetos_em_disputa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PIMENTEL, Maria Odilia de Quadros; SOUZA JÚNIOR, Carmerindo Miranda de. **O egresso do curso técnico do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández e o mercado de trabalho do século XXI.** In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 22., 2012a, João Pessoa: UFPB, p. 1472-1479. 2012.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no**

Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

RODRIGUES, Vera Maria Ferreira. Depoimentos. In: SILVA, Josué Graciliano da (org.). **Institutos Federais dos Brasileiros:** A história contada por quem fez. 1. ed. São Paulo: Artliber Editora, 2023. p. 113-120. ISBN 978-65-86443-26-4.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques et al. **Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil.** Assis/São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2018.

SAVIANNI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11.ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SILVEIRA, Gisele. **MICTI, EPROMUNDO e IFCULTURA apresentam a potência cultural, tecnológica e empreendedora do IFC.** 2024. Disponível em: https://blumenau.ifc.edu.br/noticia_campus/micti-epromundo-e-ifcultura-apresentam-a-potencia-cultural-tecnologica-e-empreendedora-do-ifc/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 27 dez. 2024.

SOARES, D. M. O. **O ensino da Música no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Das orientações da tutela à prática lectiva.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, 154, 2012.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

THEODORO, Mário. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário nas Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar.** In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4., 2006, Goiânia. Anais... Goiânia: UCG, 2006.

Recebido em 2025-03-05
Publicado em 2025-12-29